

A QUESTÃO SOCIAL E O SERVIÇO SOCIAL EM DEBATE

THE SOCIAL ISSUE AND THE SOCIAL WORK IN DEBATE

Eliana Bolorino Canteiro MARTINS*

RESUMO: Este artigo discute a Questão Social e o Serviço Social no processo histórico, apontando elementos para uma reflexão sobre os novos desafios profissionais diante do contexto contemporâneo.

UNITERMOS: Serviço Social; questão social; globalização.

ABSTRACT: This article broaches the Social Issue and the Social Work in the historical process pointing to elements for a reflexion about new professional challenges in front of the contemporary context.

UNITERMS: Social Work, social issue, globalization.

1. Questão social: gênese e Contemporaneidade

Para compreender a Questão Social, base de fundação histórico-social da profissão de Serviço Social, é necessário compreendê-la no espaço e no tempo, pois ela se apresenta diferentemente em cada realidade, com suas peculiaridades, mesmo sabendo que tenha recebido *status* de emergência pública, num momento preciso da história europeia.

* Mestre em Serviço Social pela Universidade Estadual Paulista – UNESP – Franca/SP - Brasil

Pretende-se, portanto, descortinar um panorama sobre esta temática, sem intenção de esgotar o assunto, mas demarcando-o como um eixo importante que ordena os estudos que envolvem o Serviço Social.

A Questão Social foi nomeada explicitamente, a partir de 1830, quando se tomou consciência da existência da população, que foi ao mesmo tempo agente e vítima da Revolução Industrial. Esta população ameaçava a ordem social vigente, quer por sua violência revolucionária ou pela própria expressão da sua desgraça, conseqüência de uma vida repleta de dificuldades, distante dos padrões mínimos de dignidade humana, miseráveis, despojados de seus vínculos rurais, que os observadores sociais da época denominavam pauperismo.

A gênese da questão social está enraizada na contradição fundamental que demarca a sociedade capitalista, isto é, a relação entre capital e trabalho, assumindo roupagens diferentes em cada época e em cada contexto. Enfim, os fenômenos que expressam a questão social são de ordem política, social, econômica e cultural.

No último quartel do século XIX, o capitalismo experimentou profundas modificações no seu ordenamento e na sua dinâmica econômica, incidindo sobre a estrutura político-social da sociedade. Foi neste período histórico que o capitalismo transcendeu a fase concorrencial para a monopolista, recolocando de forma mais acirrada, o sistema de contradições que confere à ordem burguesa os seus traços de exploração e alienação. Destaca-se portanto, pelo exame histórico desta transição, que a constituição da ordem monopólica obedeceu à urgência de viabilizar o acréscimo dos lucros capitalistas através do controle dos mercados.

“O capitalismo monopolista conduz ao ápice da contradição elementar entre a socialização da produção e apropriação privada: internacionalizada a produção, grupos de monopólios controlam-na por cima de povos e Estados.” (NETO, 1992, p.20)

Neste período, ocorreu nas sociedades nacionais que envolviam o capitalismo, inúmeros problemas tais como: desemprego, subemprego, aviltamento dos salários, fome, miséria, condi-

ções de vida insalubre, etc. Por outro lado houve o fortalecimento da classe trabalhadora, que inicialmente, lutava por questões internas, passando cada vez mais a ostentar uma dimensão política.

Compreende-se por questão social, portanto, no sentido universal do termo, “o conjunto de problemas políticos, sociais e econômicos que o surgimento da classe operária impôs no curso da constituição da sociedade capitalista.” (CERQUEIRA, 1982 p.21)

Conforme descreve José Paulo Netto, “as mazelas próprias à ordem burguesa, com as seqüelas necessárias dos processos que compõem na constituição e no envolver do capitalismo, em especial aqueles concernentes ao binômio industrialização/urbanização, tal como este se revelou no curso do século XIX.” (NETTO, 1992, p.13)

Ou ainda, de acordo com Yamamoto (1998, p.27):

Questão social apreendida como conjunto das expressões das desigualdades da sociedade capitalista madura, que tem uma raiz comum: a produção social é cada vez mais coletiva, o trabalho torna-se mais amplamente social, enquanto a apropriação dos seus frutos mantém-se privada, monopolizada, por uma parte da sociedade.é a expressão do processo de produção e reprodução da vida social na sociedade burguesa, da totalidade histórica concreta.

Portanto, focar a questão social não se trata apenas da desigualdade social entre pobres e ricos, muito menos como situação social problema, tal como historicamente foi encarada no Serviço Social, reduzidas as dificuldades do indivíduo. O que se persegue é decifrar, em primeiro lugar, a gênese das desigualdades sociais, em um contexto em que a acumulação de capital não rima com equidade. Desigualdades indissociáveis da concentração de renda, de propriedade e do poder, que são o verso da violência, da pauperização e das formas de discriminação ou exclusões sociais.

Mas decifrar a questão social é também demonstrar as particulares formas de luta, de resistência material e simbólica acionadas pelos indivíduos à questão social.

As referências básicas para compreender a questão social fazem parte constituinte de determinados componentes: nação, Estado, cidadania, trabalho, classes sociais, gênero – que histórica e estruturalmente, passaram a ser considerados como críticos para a continuidade e mudança da sociedade.

Neste sentido, faz-se necessário focalizar o debate na realidade mais próxima, o Brasil, país localizado na América Latina:

A questão social fundante, que permanece vigindo sob formas variáveis nesses quinhentos anos de descobrimentos a nossos dias, centra-se nas extremas desigualdades e injustiças que reinam na estrutura social dos países latino-americanos, resultante dos modos de produção, dos modos de desenvolvimento que se formam em cada sociedade nacional, peculiarmente e na região em seu complexo. (WANDERLEY et al., 1997, p.56)

O mesmo autor afirma que em meados de 80 e nos anos 90, implementaram-se políticas neoliberais com programas especiais de ajustes econômicos, monitorados pelo Banco Mundial e Fundo Monetário Internacional, na América Latina. Expressam-se como indicadores do crescimento da pobreza na área latino-americana: aumento do subemprego e desemprego, deterioração da qualidade de vida de vastos contingentes populacionais (indicadores de saúde, educação, saneamento básico, habitação, entre outros), o crescimento da economia informal e a crescente anomia social, que impregna as sociedades, da qual a violência urbana, o crime organizado, as drogas, são alguns sinais mais evidentes. Enfim, a pobreza na América Latina vem ampliando-se nas últimas décadas, ocasionada por causas internas e externas interligadas e que vêm se acirrando com a maneira pela qual se desenvolve a globalização.

As mudanças que vêm ocorrendo nos últimos anos nas relações entre capital e trabalho – consequentemente nos processos produtivos e também na gestão das políticas sociais do Estado – sinalizam, portanto, as novas modalidades que a questão social vem adquirindo, tanto para aqueles excluídos do processo produtivo, do trabalho assalariado, como por outros motivos, tais como: origem étnica, identidade cultural e pelas relações de gênero.

De acordo com Wanderley et al. (1997) a questão social, na América Latina é representada pelas diferentes formas assumidas pelas relações sociais em suas múltiplas dimensões (econômicas, políticas, culturais, religiosas), com acento na concentração de renda, de poder e riqueza de classes e setores sociais dominantes, e na pobreza generalizada de outras classes e setores sociais que constituem os maiores contingentes, cujos impactos alcançam todas as dimensões da vida social e do cotidiano às determinações estruturais.

As alterações no padrão de acumulação capitalista, sob a hegemonia do capital financeiro, buscam uma flexibilização no processo de trabalho, porém, com rigidez na linha de produção aliado à flexibilidade no mercado de trabalho, com a desregulamentação dos direitos trabalhistas e de estratégias de informalização da contratação dos trabalhadores. E as demais mudanças, impulsionadas pela tecnologia, informática e robótica, envolvem ampla expulsão da população trabalhadora de seus postos de trabalho. É aí que se encontra a raiz de uma nova pobreza, de amplos segmentos da população.

Pelo segundo ano consecutivo, o relatório anual do Banco Mundial (GENOÍNO, 2000) chama a atenção para o problema do aumento da pobreza no mundo.

No ano passado, a ênfase recaiu sobre o aumento do distanciamento entre os países ricos e os países pobres. Neste ano, o relatório enfatiza o crescimento da pobreza. Quase metade da humanidade – 2,8 bilhões de pessoas – é classificada como miserável: essas pessoas ganham me-

nos de dois dólares por dia. Vivem em condições de miséria absoluta. (GENOÍNO, 2000, p.3)

O relatório do BIRD aponta para dois paradoxos: há um crescimento de riqueza sem precedentes no mundo, com um correspondente aumento da pobreza, e o crescimento econômico está ocorrendo sem uma correspondente distribuição de renda.

Ainda o referido documento aponta que na América Latina, a porcentagem de pobres mantém-se em torno de 15,6% da população, mas o número absoluto de destituídos aumentou. O índice de pobreza relativa, que leva em conta as diferenças entre ricos e pobres, da América Latina é pior do que o da África.

Isto demonstra que crescimento econômico e distribuição de renda não podem andar separados. Miséria não é necessariamente escassez de riqueza e nem sempre a fome é o resultado da falta de comida ou de meios para produzir alimentos, pois nunca se produziu tanto e se dispôs de tantos meios para se produzir, como atualmente. Apesar disso, a disparidade entre pobres e ricos evolui assustadoramente.

Cabe salientar, ainda, que Wanderley et al. (1997) lembra as dificuldades teóricas em relação à noção de exclusão, que acabam ocultando o fato de que amplos segmentos dos povos devam ser julgados secularmente incluídos e excluídos de alguma maneira de suas sociedades respectivas, porém, ela se transforma em questão social quando é percebida e assumida por um setor da sociedade, tornando-a pública, transformando-a em demanda política, implicando em tensões e conflitos sociais.

Reportar-se à América Latina, região onde se localiza o Brasil, é uma referência importante para entender as 'passagens' que se projetam do global para o local, do mundo para as nações.

Na sociedade brasileira, a questão social é um tema permanente, influenciando pensamentos e práticas. Este debate teve origem no processo de transição que ocorreu no país, de agrícola-comercial para agrícola-industrial, estabelecendo novas relações entre capital e trabalho e novas aspirações da massa de

trabalhadores. São geradas as tensões sociais que levam o governo a atender parte das demandas reivindicadas pela população, visando em última instância, manter sua legitimidade.

Principalmente no final da década de 20 e na década de 30, governantes e setores dominantes deixam de tratar a questão social como caso de polícia e começam a tratá-la como problema político. Mesmo assim, na década de 30 (populismo e militarismo), vários aspectos da questão social ainda eram considerados caso de polícia, nunca deixando de ocorrer a repressão contra diferentes manifestações sociais de setores populares.

Na Nova República a questão social continua sendo um desafio, pois a mesma sociedade que fabrica a prosperidade econômica, fabrica as desigualdades que constituem a questão social. Conforme a época e o lugar, a questão social mescla aspectos raciais, regionais e culturais, juntamente com os econômicos e políticos, isto é, o tecido da questão social mescla desigualdades e antagonismos de significação estrutural.

O cenário que se apresenta atualmente no mundo e especificamente no Brasil, fomenta as novas bases de produção da questão social, cujas expressões são objeto de trabalho do Assistente Social, como se verá posteriormente.

Esta situação reflete-se no Brasil, pois as particularidades históricas do processo de desenvolvimento do Brasil, ao mesmo tempo que são persistentes, são transformadoras no contexto da globalização. Essa coexistência de temporalidade histórica com a desigualdade apresenta marcas do passado e do presente, de formas radicais.

As expressões da questão social no Brasil fundamentam-se, principalmente, em características marcantes, tais como: maior concentração de renda e riqueza do mundo, alto índice de desemprego estrutural, desregulamentação e corte dos gastos públicos na área social, respondendo os ditames do projeto neoliberal, enfim, milhões de pessoas vítimas da exclusão econômica, política, social e cultural.

Para retratar esta realidade brasileira, alguns indicadores são muito significativos. As estatísticas do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada – IPEA – 1998 (s.d), registram:

- 70.812 pessoas, ou seja, 24,5% da população brasileira, que ganha menos que R\$ 149,00 por mês, vivem abaixo da linha da pobreza;
- 5,14% dos brasileiros vivem em situação de indigência, isto é, ganham menos de R\$ 73,00 por mês.

Acrescente-se a estes dados o que segue:

O Brasil tem cerca de 50 milhões de habitantes na faixa etária de zero a 14 anos e destes, 40%, ou seja, 20 milhões, vivem em completa miséria, em famílias cuja renda mensal é inferior a meio salário mínimo, ou seja, R\$ 75,00 reais. E segundo a revista *Time*, em reportagem deste ano, denunciou a situação de 4 milhões de crianças de 10 a 17 anos que trabalham no Brasil e as 500 mil que estão na prostituição. (GENOÍNO, 2000, p.2).

De acordo com estudo divulgado este ano pelo Banco Mundial, no seminário que discute as formas de combate a pobreza, só 19,5% do recurso financeiro que o governo destina aos gastos sociais, chegam para aqueles que realmente necessitam (renda familiar *per capita* abaixo de R\$ 65,00).

Ainda segundo este relatório, a assistência social é o programa que melhor atinge o público alvo: 70% do recurso financeiro chega nas mãos dos pobres. Em segundo lugar, a reforma agrária, porém os índices caíram para 30% e o mesmo é observado nos programas voltados à educação básica. No caso do saneamento básico, cerca de 28% beneficia os pobres.

É este, enfim, o retrato da pobreza, friamente expresso através de dados estatísticos, portanto, ocultando o cotidiano degradante, humilhante que vivem milhões de “cidadãos” brasileiros.

Este quadro de transformações no mundo do trabalho e as expressões da questão social no Brasil, demonstram a ampliação do desemprego e o aumento das desigualdades sociais, que são agravadas pela preconizada redução do Estado, incidindo

no campo das Políticas Sociais, tornando-as cada vez mais focalizadas, descentralizadas e privatizadas.

O Estado, obedecendo a lógica neoliberal, não intervém nas relações trabalhistas, no controle de preços, na regulamentação dos salários, nas barreiras alfandegárias, enfim, o mercado passa a ser o gerenciador da economia. Nesta ótica, a área social deve ser repassada para esfera da sociedade civil (privatizadas) e/ou reduzidos seus custos pelo Estado.

Os assistentes sociais trabalham com as questões sociais nas suas mais variadas expressões cotidianas, experienciadas pelos indivíduos no trabalho, na família, na área habitacional, na saúde, na assistência social pública, etc. A questão social, sendo desigualdade traz em seu bojo a produção da rebeldia, da resistência. É neste terreno de contrariedades, no confronto de interesses sociais distintos que tecem a vida social, que o assistente social trabalha.

Decifrar as novas mediações por meio das quais se expressa a questão social hoje, é de fundamental importância para o Serviço Social, em uma dupla perspectiva: apreender as várias expressões que a mesma assume na totalidade e as desigualdades sociais – sua produção e reprodução; e, projetar e forjar formas de resistência e defesa da vida.

Apreender a questão social é também captar as múltiplas formas de pressão social – de invenção e de re-invenção da vida – construídas no cotidiano, pois, é no presente que estão sendo recriadas formas novas de viver, que apontam um futuro que está sendo germinado.

2. Serviço Social: o significado social da profissão no processo histórico.

Toda profissão é uma ocupação do homem com um fim concreto, isto é: atender a determinadas necessidades sociais.

Através da compreensão da formação histórico-social da sociedade é possível analisar como ela produz determinadas necessidades, em diferentes tempos e espaços e, assim, compreen-

der como surgem as diferentes profissões.

Para compreender o Serviço Social é preciso compreender o desenvolvimento da sociedade e a sua influência no desenvolvimento do Serviço Social.

A gênese do Serviço Social, como de qualquer outra profissão, analisada sob uma perspectiva histórica, é o resultado de um processo sócio-histórico, condensado nas lutas que travam as classes fundamentais; especificamente no caso do Serviço Social, sua gênese está vinculada à fase monopolista do capitalismo.

A profissão de Assistente Social, se institucionaliza, portanto, no momento em que as questões sociais (oriundas dos antagonismos de interesses postos nas relações entre capital e trabalho) se complexificam a nível tal que necessita de um profissional especializado para intervir sobre elas.

Esta análise do processo de surgimento do Serviço Social, como profissão inserida na divisão sócio-técnica do trabalho, atuando no processo de reprodução das relações sociais, é desenvolvida por diversos autores: Yamamoto (1995), Netto (1992), Manrique (1993), Martinelli (1989). Tais autores situam a gênese do Serviço Social, não como um processo endógeno, particularista, mas o contexto da sociedade e os seus sujeitos sociais e instituições presentes, tais como: classe burguesa, Estado, classe trabalhadora, sindicatos, Igreja etc., que configuram e marcam a emergência do Serviço Social como profissão.

As transformações que ocorreram na sociedade, na virada do Capitalismo Concorrencial para o Capitalismo Monopolista provocaram o aumento da conflitividade em consequência do desemprego, das precárias condições, da queda do salário real. Concomitantemente, refletida no aumento da organização popular e principalmente sindical, exigiu da classe hegemônica, uma posição para legitimar o sistema sócio-econômico e político que a sustenta. Para isto, a hegemonia burguesa ampliou o Estado, intervindo econômica e politicamente, proporcionando um conjunto de condições necessárias ao acúmulo e valorização do capital monopolista.

Dentro deste contexto, surgiram as Políticas Sociais, instrumento de legitimação e consolidação hegemônica que, contradiatoriamente, são permeadas por conquistas da classe trabalhadora. Ao tipificar em Políticas Sociais as seqüelas da Questão Social, abriu-se o mercado de trabalho para o Assistente Social, sendo este profissional investido como agente executor das Políticas Sociais.

Historicamente, o Serviço Social teve como principal mercado profissional a órbita do Estado, sendo contratado para operacionalizar as políticas sociais. Desta forma, ao trabalhar com as questões sociais nas suas mais variadas expressões cotidianas, depara-se com a produção da desigualdade e da resistência. Decifrar as novas mediações por meio das quais hoje se expressa a questão social é imprescindível para o Serviço Social, visando o enfrentamento imediato das mesmas e/ou captar formas de pressão social para atenuá-las.

O Serviço Social, profissão conjuntural, vem travando seus embates teórico-metodológicos acompanhando o processo de desenvolvimento da sociedade em um determinado contexto e conjuntura histórica.

Neste sentido, a constituição de 1988, consagrou um avanço social para além dos direitos civis e políticos: os direitos sociais, cuja normatização altera significativamente o exercício profissional e o mercado de trabalho para o Assistente Social.

Há possibilidade de ampliação da ingerência da sociedade civil organizada na formulação, gestão e controle das políticas sociais através de instância de participação no poder decisório (conselhos municipais, estaduais, nacionais e os Conselhos de Direitos dos segmentos prioritários da política da assistência social- criança e adolescente, idosos e pessoas portadoras de deficiência) estendendo-se o espaço de intervenção da profissão.

A descentralização político-administrativa e a municipalização das políticas sociais vêm representando outra possibilidade de alargamento do espaço ocupacional dos assistentes sociais no que se refere à formulação, gestão e avaliação de políticas públicas, principalmente no âmbito do poder local.

O conteúdo e caráter social do trabalho do Serviço Social, historicamente, estiveram associados às exigências de controle e disciplinamento da força de trabalho ocupada e excedente, alicerçada sobre a relação de desigualdade e processo de exclusão social. É no campo das refrações da questão social que o Assistente Social foi chamado a se profissionalizar e construir os horizontes do seu próprio trabalho.

O Assistente Social é socialmente necessário pois atua sobre as questões de sobrevivência social e material dos setores majoritários da população trabalhadora. Seu trabalho produz efeito não só material, mas também no campo dos conhecimentos, valores, comportamentos, cultura, interferindo na vida dos sujeitos.

Os Assistentes Sociais contribuem para a criação de formas de um outro consenso – distinto daquele dominante – ao reforçarem os interesses de segmentos majoritários da coletividade. Contribuem nesta direção ao socializarem informações que subsidiem a formulação, gestão de políticas públicas e o acesso a direitos sociais; ao viabilizarem o uso de recursos legais em prol dos interesses da sociedade civil organizada; ao interferirem na gestão e avaliação daquelas políticas ampliando o acesso a informação a indivíduos sociais para que possam lutar e interferir na alteração dos rumos da vida em sociedade. (IAMAMOTO, 1998, p.69)

O âmbito específico da intervenção do Assistente Social se desenvolve, portanto, num espaço contraditório, em que se movem três sujeitos sociais:

- **Assistente Social/equipe técnica:** efetuando diferentes tipos de ações, voltadas para o atendimento das necessidades sociais;

- **A Instituição:** através da qual se desenvolvem determinados tipos de serviços especializados, em função da correlação de forças existentes entre os interesses da instituição, dos usuários e da própria sociedade;

· **Usuário:** atravessando situações problemáticas, fragilizados, descapitalizados, sem recursos materiais e financeiros.

Para intervir neste contexto e legitimar-se enquanto profissão, o Serviço Social possui conhecimentos específicos sobre as relações sociais, a realidade em que os sujeitos acima descritos estão inseridos, e a intervenção se efetiva fundamentada neste saber profissional.

De forma ampla, descreve-se a seguir as dimensões do conhecimento que o profissional assistente social possui acerca das relações sociais, compondo a visão de globalidade da vida humana na sociedade:

· Conhecer o senso comum-empírico, isto é, a forma de viver e pensar dos usuários, sua cultura e seus valores;

· compreender os sujeitos de forma particularizada, individualizada, o porquê e como cada pessoa experimenta sua forma de viver, sua realidade, suas representações sociais, seus sentimentos e como reagem e enfrentam as diferentes situações de vida;

· avançar na análise do real, no sentido de ultrapassar a dimensão da individualidade dos problemas e aprender como coletiviza-los;

· contextualizar a realidade social - analisando-a no âmbito local, regional, estadual, nacional e até mundial, avaliando as determinações conjunturais e estruturais na especificidade do coletivo, alvo da intervenção;

· ampliar o grau de compreensão: é preciso ter uma visão sócio-histórica da sociedade, apreendendo as relações de igualdade e diferenças dos problemas sociais, no seu tempo e espaço;

· relacionar, finalmente, todos estes conhecimentos anteriores com as determinações mais amplas que implicam na constituição da sociedade, ou seja, entre o sistema do modo de produção capitalista e as relações sociais que os homens estabelecem nesta sociedade.

Neste sentido, o Assistente Social deve analisar as questões contextuais, relacionadas atualmente ao projeto neoliberalista imposto pelo Estado, para visualizar as perspectivas de futuro enquanto profissão.

Essas questões estão intimamente, relacionadas à sua inserção ocupacional, sendo que do Estado emana sua legitimidade funcional; as transformações do mundo do trabalho, geram alterações na vida dos sujeitos com os quais o assistente social se vincula profissionalmente e também nas suas condições como trabalhador assalariado, enfim, as significações da variação da macro-estrutura político-econômica social e cultural, denominada globalização, incidem sobre o processo de trabalho dos profissionais, dentre eles, o Assistente Social.

Somente dessa forma, o Assistente Social poderá decodificar as manifestações deste contexto nas diversas dimensões que circunscreve a funcionalidade ocupacional da sua profissão. Esta dimensão, necessariamente passará pelas prerrogativas do projeto neoliberal “que ideologicamente assume a defesa dos interesses do capital, camuflado por um discurso que mescla direitos (igualdade formal), mérito e competitividade/eficiência, no âmbito da globalização”. (SANT’ANA, 2000, p.78)

Portanto, fica explícita a necessidade de um diálogo reflexivo com a instrumentalidade do Serviço Social, conforme propõe exaustivamente Guerra (2000, p.30):

...a instrumentalidade do Serviço Social como mediação é o espaço para se pensar nos valores subjacentes às ações, no nível e na direção das respostas que estamos dando e pelas quais a profissão é reconhecida ou questionada socialmente. É pela instrumentalidade que passam as decisões alternativas concretas, de indivíduos concretos, em situações concretas. E por isso nela residem as possibilidades da passagem do ser em si dos homens – já que todo fim é sempre particular – para a sua genericidade, pôs valores e as finalidade humano-genéricas.

Constata-se nas afirmações deste e de outros autores contemporâneos do Serviço Social, que é preciso estabelecer vínculos com o projeto ético-político profissional, em defesa dos direitos sociais.

Verifica-se portanto, que para o Assistente Social não é suficiente a compreensão da realidade social se não tiver a capacidade de relacionar, articular, mediar e localizar suas influências e determinações no cotidiano, sendo este, impregnado de especificidade contextuais e conjunturais.

O global/amplio é a referência teórica para o assistente social, mas jamais a desculpa para não fazer o enfrentamento das questões objetivas postas pela prática profissional.

Este processo dialético reflete que a totalidade não é a somatória das partes mas a inter-relação entre elas, permitindo trabalhar a dimensão de níveis, enfoques, diferenças. As estratégias e táticas do assistente social serão mais eficazes quanto maior for a sua habilidade e sensibilidade para perceber e intervir nestas inter-relações. O Serviço Social intervém na objetividade/ subjetividade, como faces da mesma moeda, atravessando o modo de 'ser' dos sujeitos – afetividade, sentimento, emoções – olhando vários ângulos, buscando melhorar a qualidade de vida, a humanização da relações sociais, a participação, enfim, buscando outro modo de relacionar-se, produzindo mudanças nas pessoas e nas instituições (Políticas sociais).

No contexto atual, conforme refletido anteriormente, convive-se com mudanças no mundo do trabalho, no papel do Estado – que na ótica neoliberal se desresponsabiliza pelo social – e o agravamento da múltiplas expressões da questão social, base sócio-histórica da requisição social do Serviço Social. Conforme diversos autores contemporâneos afirmam, o Serviço Social é uma especialização do trabalho, portanto, inserido na divisão sócio-técnica do mesmo; certamente as mudanças nas estruturas produtivas, as novas formas de organização e gestão do trabalho incidem sobre esta profissão.

Neste sentido, Yamamoto (1998) esclarece, com precisão, que a atual abordagem do Serviço Social como trabalho supõe apreender a chamada “prática profissional”, profundamente condi-

cionada pelas relações entre Estado e Sociedade civil, ou seja, pelas relações entre as classes na sociedade. Acrescenta ainda que tratar o Serviço Social como trabalho, supõe privilegiar a produção e reprodução da vida social como determinantes na constituição da materialidade e da subjetividade das classes que vivem do trabalho.

Afirma, portanto, a ótica da totalidade na apreensão da dinâmica da vida social, identificando como o Serviço Social se relaciona com as várias dimensões da vida social.

Todas as transformações societárias que afetam o conjunto da vida social incidem fortemente sobre as profissões, são alvos de reflexões de diversas categorias profissionais; entre elas destaca-se o Serviço Social. Como trabalhadores, os assistentes sociais são impulsionados a avaliar as alterações, tanto no mercado de trabalho como nas demandas emergentes e potenciais que se apresentam para o Serviço Social.

Neste processo de conflitos e contraditoriedades, as Políticas Sociais – espaço privilegiado da atuação do assistente social – sofrem retrocessos, reduzindo o campo de trabalho do assistente social na esfera estatal. Por outro lado, porém, apresenta-se novas tendências no denominado Terceiro Setor, na solidariedade empresarial, e mesmo nas próprias políticas sociais, de forma diferenciada, através de parcerias entre Estado X Sociedade civil e, até mesmo, na contratação do Assistente Social como profissional liberal (assessorias e consultorias).

As novas possibilidades de trabalho precisam ser decifradas, decodificadas, apropriadas e desenvolvidas pelo Assistente Social, absorvendo progressivamente novos espaços ocupacionais e reinterpretando algumas antigas demandas.

O profissional para ingressar nestes novos tempos, precisa estar afinado com a análise dos processos sociais em dimensões macroscópicas e nas suas manifestações cotidianas. Supõe, portanto, competência teórica, técnica e ético-política para captar as inéditas mediações históricas que moldam os processos e suas expressões, nos vários campos em que opera o Serviço Social.

Ao profissional é exigida uma bagagem teórico-metodológica

que lhe permita elaborar uma interpretação crítica do seu contexto de trabalho, fazendo uma leitura constante da conjuntura, que potencie o seu espaço ocupacional, o estabelecimento de estratégias de ação viáveis, negociando e articulando propostas de trabalho com a população, usuária dos serviços sociais e as instituições empregadoras.

A ABEPSS (Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social), em sintonia com o processo histórico da sociedade e da profissão, nos últimos anos vem concentrando esforços na reformulação das Diretrizes Gerais para os Cursos de Graduação em Serviço Social, realizando debates nas 72 unidades acadêmicas filiadas, culminando em Oficinas Regionais e Nacionais. O produto destes debates foi o Documento de Diretrizes Gerais para o Curso de Serviço Social, aprovado em Assembléia Geral da Associação e entregue ao Conselho Nacional de Educação do MEC (Ministério Da Educação E Cultura), em março de 1997. Neste documento está retratado, entre outras questões referentes à formação profissional, o perfil profissional do Assistente Social:

- informado, crítico e propositivo, que aposte no protagonismo dos sujeitos sociais;
- versado no instrumental técnico-operativo;
- pesquisador, que invista em sua formação intelectual e cultural e no acompanhamento histórico-conjuntural dos processos sociais para extrair potenciais propostas de trabalho;
- que tenha capacidade de argumentação e negociação na defesa de suas propostas junto às instâncias demandatárias.

E, principalmente, que construa a consolidação do Projeto Ético-Político da profissão, reforçando os princípios da liberdade, da autonomia, da democracia, da justiça social, que se desdobra na defesa intransigente dos direitos humanos, apregoados pelo Código de Ética Profissional do Assistente Social.

Tais elementos indicam uma tendência de superação da formação profissional na perspectiva restrita das especializações, salientando-se a preferência por um profissional competente em sua área de desempenho, generalista em sua formação intelectual e cultural, munido de um acervo amplo de informações, em um mundo cada vez mais globalizado, capaz de apresentar propostas criativas e inovadoras em seu campo de trabalho. (KOIKE et al., 1997, p.81).

As considerações acima expostas apontam os desafios do Serviço Social para o próximo milênio, ficando evidente que a afirmação do Serviço Social como profissão, passa obrigatoriamente pela necessidade imperiosa de valorização do conhecimento.

Enfim, o serviço social é um trabalho especializado, que interfere na reprodução material da força de trabalho e no processo de reprodução sociopolítica ou ídeo-política dos indivíduos sociais. O assistente social, juntamente com outros profissionais, contribui na criação de consensos na sociedade. Estes consensos são em torno de interesses de classes fundantes, ou seja, dominantes e dominadas, reforçando a hegemonia vigente ou criando uma contra-hegemonia no cenário da vida social.

Neste sentido, é preciso que o assistente social esteja atento ao tempo presente e interprete as demandas emergentes, versando formas alternativas de ação em diferentes contextos e instituições.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

1. CERQUEIRA FILHO, C. A. *A questão social no Brasil*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1982.
2. GENOÍNO, J. Globalização e pobreza. *Jornal da Cidade*. Bauru, 17 set. 2000.
3. GUERRA, Y. Instrumentalidade do processo de trabalho e o Serviço Social. *Revista Serviço Social e Sociedade*, n.º 62. São Paulo: Cortez, 2000. p.5-34.

4. IAMAMOTO, M.V. *Relações Sociais e Serviço Social no Brasil- esboço de uma interpretação histórico-metodológica*. São Paulo: Cortez, 1995.
5. _____. *O Serviço Social na contemporaneidade: trabalho e formação profissional*. São Paulo: Cortez, 1998.
6. IANNI, O. *Teorias da globalização*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1995.
7. IPEA. Situação da pobreza no Brasil. Disponível em: <<http://www.ipea.gov.br>>. Acesso em 15 set. 1999.
8. KOIKE, M. M. S. et al. Caracterização da área de Serviço Social. *Cadernos ABESS*. Formação profissional: trajetórias e desafios. São Paulo: Cortez, 1997.
9. MONTANO, C. E. O Serviço Social frente ao neoliberalismo. Mudanças na sua base de sustentação funcional-ocupacional. *Revista Serviço Social e Sociedade*. n.º 53. São Paulo: Cortez, 1997.
10. NETTO, J. *Capitalismo monopolista e o Serviço Social*. São Paulo: Cortez, 1992.
11. SANT'ANA, R. S. O desafio da implantação do projeto ético-político do Serviço Social. *Revista Serviço Social e Sociedade*. n.º 62. São Paulo: Cortez, 2000, p.73-91.
12. WANDERLEY, M. B. et al. *Desigualdade e a questão social*. São Paulo: EDUC-PUC/SP, 1997.